

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

ROGERIO BORBA

GIOVANNA BOLLETTA PEREZ

ORLY KIBRIT

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos humanos e fundamentais II[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Orly Kibrit, Giovanna Bolletta Perez, Rogerio Borba – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-249-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos 3. Fundamentais.. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

Apresentação

Entre os dias 26 e 28 de novembro de 2025, realizou-se na cidade de São Paulo o XXXII Congresso Nacional do CONPEDI, evento que, sob o tema “Os Caminhos da Internacionalização e o Futuro do Direito”, proporcionou um espaço plural de discussões e renovação teórica. Ao longo do encontro, destacaram-se debates dedicados aos desafios atuais da proteção da dignidade humana, fortalecendo a articulação entre estudiosos comprometidos com a promoção e a defesa dos direitos humanos em suas variadas manifestações.

Esta coletânea apresenta, de forma completa, os trabalhos submetidos ao Grupo de Trabalho “Direitos Humanos e Fundamentais I”. As contribuições aqui reunidas, caracterizadas por rigor analítico e sensibilidade social, constituem importante aporte para a ampliação das discussões e para o avanço contínuo das pesquisas voltadas à efetividade dos direitos fundamentais.

Expressamos nossa gratidão a todos os autores, colaboradores e participantes que contribuíram para a realização deste congresso. A qualidade do evento reflete o empenho coletivo e o comprometimento de cada pessoa envolvida.

Desejamos uma leitura enriquecedora, estimulante e repleta de reflexões.

Atenciosamente,

Orly Kibrit

Giovanna Bolletta Perez

Rogério Borba

COMO O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA IMPACTA O ANALFABETISMO POLÍTICO? UMA ANÁLISE FEITA COM ALUNOS DA EEEIFM PROFESSOR ANTÔNIO GOMES MOREIRA JÚNIOR.

**Ingrid Monteiro Marques
Maria Eduarda Miranda Gonçalves**

Resumo

1. INTRODUÇÃO

Precipuamente, o estudo analisa um intempérie que permeia o corpo social brasileiro: o analfabetismo político. Como conceitua o educador Paulo Freire (FREIRE, 1982, página 74) em sua obra “Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos”, o analfabeto político é um indivíduo que detêm uma perspectiva ingênua do contexto social, carecendo de visão crítica, condição que é observada em grande parcela populacional brasileira.

Sob essa ótica, é indubitável que, diante de um cenário de desigualdade, desinformação e apatia política, torna-se essencial formar cidadãos críticos e engajados. Desse modo, na Ciência Política, autores como Vieira (2019) reconhecem a educação política como pilar da democracia, garantindo a participação ativa dos cidadãos na vida pública.

Considerando tal panorama, foi engendrada uma pesquisa de campo, combinada com atividade de extensão baseada em projeto, na escola EEEIFM Professor Antônio Gomes Moreira Júnior, localizada em Belém-PA. Na referida comunidade escolar, observou-se um déficit estrutural no que concerne à compreensão de conceitos básicos relacionados à Ciência Política, especialmente no campo da democracia e do Estado de Direito, evidenciando a problemática supracitada.

Diante da problemática, foi aplicado um minicurso referente à matéria, junto a duas turmas da escola, com duração de um ano e baseado em aulas expositivo-dialogadas, abordando eixos basilares da Ciência Política, com o fito de reduzir o analfabetismo político na escola em questão.

2. PROBLEMA DE PESQUISA

“De que maneira o ensino de Ciência Política influencia a redução do analfabetismo político entre os alunos da EEEIFM Professor Antônio Gomes Moreira Júnior, considerando o período de um ano?”

3. OBJETIVO

O objetivo principal do ensino de Ciência Política para alunos do ensino médio é o de: avaliar como a execução do minicurso de Ciência Política influencia a redução do analfabetismo político entre os alunos da EEEIFM Professor Antônio Gomes Moreira Júnior, no período de um ano. Sob esse prisma, ressaltam-se objetivos específicos como: I) auxiliar na compreensão dos discentes acerca de concepções da Ciência Política (democracia, cidadania, história do regime político brasileiro); II) ensinar sobre os direitos e deveres do cidadão, a separação dos poderes estatais; III) elaborar aulas lúdicas, como atividades, questionários e quizzes interativos com direito à premiação; e, por fim, IV) desenvolver uma cartilha informativa como instrumento de apoio.

4 MÉTODO

O método aplicado foi o indutivo, observando eventos específicos, para chegar a uma conclusão ou generalização ampla.

Partindo desse princípio, as análises desenvolvidas se caracterizam na esfera quantitativa em relação à coleta de dados. Dessa forma, mediante a observação em relação ao ambiente escolar e coletando dados acerca da comunidade, foram identificadas tendências dentro dos dados observados, possibilitando a formulação de explicações provisórias.

A partir desses passos, foi necessário realizar experimentos adicionais, como testes, para comprovar tais hipóteses. Portanto, foram repassados questionários abordando temas acerca da política brasileira. Assim, ocorre a generalização dos resultados das hipóteses testadas para desenvolver uma teoria sobre o analfabetismo político nos jovens da escola EEEIFM Prof. Antônio Gomes Moreira Júnior.

Nessa senda, conclui-se que o tipo de pesquisa que realizamos, quanto à abordagem, caracteriza-se como pesquisa quantitativa, visto que concentra-se na coleta e análise de dados para compreender prisma supracitado.

Ademais, em relação ao tipo de pesquisa no que diz respeito ao objetivo, é possível afirmar que se caracteriza como pesquisa exploratória, haja vista que se busca uma compreensão profunda acerca do fenômeno em questão, identificando questões emergentes relacionadas ao analfabetismo político dos discentes, levantando informações do caso supra apontado e preenchendo informações do cenário trabalhado.

5. RESULTADOS ALCANÇADOS

Diante dos questionários aplicados, foi possível mensurar os resultados alcançados com a elaboração do minicurso. Desse modo, foi necessário dividir o conteúdo por áreas temáticas.

Em primeira análise, destacam-se os resultados referentes ao aprendizado no que tange o poder político brasileiro. Nesse sentido, observou-se que, após a aplicação do minicurso, os resultados indicam uma melhora significativa no que diz respeito à qual é divisão dos três poderes, uma vez que a taxa de acertos, que anteriormente era de 55% (21/38), aumentou para 90% (26/29). Ademais, quanto à composição do Poder Legislativo, 93% (27/29) dos alunos optaram pela alternativa correta, enquanto antes apenas 79% (30/38) haviam acertado. Assim, após a exposição aos conteúdos lecionados, os estudantes demonstraram maior capacidade de diferenciar as funções dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, visto que a taxa de acertos supera um total de 90%.

Seguindo tal raciocínio, salienta-se a temática associada ao regime político brasileiro. Foram abordadas questões acerca da democracia, Constituição Federal e características gerais do regime vigente. Inicialmente, ao serem questionados sobre o regime político adotado no Brasil, 61% (23/38) dos alunos identificaram corretamente que se trata de um sistema presidencialista e federalista. Posteriormente, 86% (25/29), identificaram de modo correto o regime político do Brasil, evidenciando uma melhora no que concerne às respostas anteriores à aplicação do minicurso. Concomitantemente, no que se refere à democracia, 76% (22/29) dos alunos reconheceram que se trata de um sistema de governo em que o povo é responsável por exercer o poder político. Anteriormente, apenas 58% (22/38) dos alunos responderam corretamente. Tais dados elencados evidenciam um aumento significativo na porcentagem de acertos e na compreensão dos discentes no âmbito da Ciência Política.

Destarte, como último eixo temático, foram obtidos dados sobre o conhecimento dos alunos a respeito dos direitos e deveres do cidadão brasileiro, destacando sua compreensão sobre temas como voto, cidadania ativa e projetos sociais. Dessa forma, sobre os direitos sociais do cidadão, os discentes tinham uma visão equivocada sobre o tema, de tal forma que 42% (16/38) dos estudantes erraram a questão. Posteriormente, houve um aumento significativo no número de estudantes que compreenderam corretamente o tema supramencionado, tendo em vista que os acertos perfazem um total de 79% (23/29). Outrossim, no que diz respeito a venda de voto, a quantidade de estudantes que entendem que vender o voto compromete a democracia subiu de 68% para 93% (27/29), notando-se um crescimento de 25% na taxa de acertos. Logo, tendo em vista os dados analisados, é evidente que ocorreu um aperfeiçoamento no discernimento acerca da Ciência Política após a intervenção do projeto.

Palavras-chave: Analfabetismo, política, democracia

Referências

VIEIRA, Géssika M. Educação política e sociedade: a importância da formação crítica para mudanças sociais. Pergaminho, Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, n. 10, p. 173-176, dez. 2019.

FREIRE, Paulo. Educar é um ato político. Diário do Povo, [S.l.], 14 ago. 1980. p. 6.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 74.